

COMUNICAÇÕES

USP 50 ANOS — CIÊNCIAS SOCIAIS

Chamado para falar a respeito do Departamento de Ciências Sociais neste simpósio comemorativo do cinquentenário da Universidade de São Paulo, senti a uma só vez o desejo e a impossibilidade de comprimir a riqueza de tanto tempo vivido em tão pouco tempo falado. Mas não se tratando de ocupação de historiador ou de análise sócio-cultural, pude respigar alguns fatos num giro quase descompromissado pela memória. É uma forma singela de cumprir o culto universitário implícito nesta reunião.

O dia 21 de maio de 1947 foi notável para o Curso de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Na tarde daquele dia, seus professores, em reunião especial, decidiram formalizar a criação do Departamento de Sociologia e Antropologia, dirigindo à Congregação o competente ofício, subscrito pelos regentes de cátedra, professores Fernando de Azevedo, Roger Bastide, Emilio Willems e Lourival Gomes Machado. Também participaram da criação da nova unidade didática o professor visitante George Gurvitch, da Universidade de Paris, e os assistentes Antonio Candido, Florestan Fernandes, Gilda de Mello e Souza, Egon Schaden e Gioconda Mussolini. Associavam-se em departamento as Cadeiras de Sociologia I e II, Antropologia e Política. Esse ato encerrava nessa área de ensino, como em outras, a fase das Cadeiras avulsas ou apenas justapostas por certas afinidades curriculares. No entanto, isto só ocorreu 13 anos após a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, o que poderia parecer es-

(*) — Transcrito, com autorização, de *Ciência e Cultura*, 36 (12): 2161-2165, dezembro de 1984.

tranho, uma vez que aquele foi o tempo mais alto da missão de professores europeus, que vieram organizar a nova escola. A estranheza se desfaz quando se consideram as condições em que trabalharam com a colaboração de seus colegas brasileiros.

O corpo docente inicial, que nos chegara como uma inapreciável dádiva intelectual, além de pequeno, se defrontava com o desafio de instituir numa província cultural uma escola singular, que não contava com modelo desenvolvido na Europa. O projeto de sua formação estabelecia que fosse um núcleo integrador da Universidade, delineando-lhe estrutura e funções de tal forma diversificadas que a tornariam, em seu crescimento e em certos aspectos, uma universidade em si mesma. Mas o êxito dessa invenção demandou longo tempo de pacientes experiências, que envolviam a mútua aprendizagem processada diariamente entre professores estrangeiros e alunos. Não foi possível que desde logo se instalassem unidades departamentais, que exigem a formação de pessoal, instalação adequadas e recursos materiais suficientes. Isso não foi fácil para uma faculdade nascente, cuja situação era ambígua na sociedade paulista em processo de mudança de seu meio social interno, vanguardando nesse rumo algumas outras áreas do país.

A criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras representava uma das conseqüências e, reversivamente, uma das condições do continuado crescimento da sociedade urbano-industrial, transpondo obstáculos das instituições oligárquicas. Estiveram diretamente em seu favor o avultamento das classes médias, compostas de várias etnias, buscando novas vias de ascensão social e enriquecimento cultural, os movimentos intelectuais que vinham da década de 20, incluindo a esfera educacional, e, decisivamente, a política paulista na disputa pela hegemonia no plano federal. Para isso, a Faculdade de Filosofia contribuiria, não só como centro de altos estudos e pesquisas, mas também como preparadora de quadros para o ensino e a administração pública. Deveria ser a instituição estratégica para formar a Universidade e as novas elites intelectuais e políticas.

Doutro lado, foi incompreendida e subestimada dentro da própria Universidade, pelas mais antigas escolas, como as de Direito, Medicina e Politécnica, que mantinham sua inteira autonomia e prerrogativas tradicionais, reunidas apenas formalmente sob um mesmo estatuto superior. Nem mesmo concederam de bom grado acomodação provisórias à nova Faculdade, que peregrinou muito tempo acampando em sítios alheios. Só conseguiu prédios próprios, embora acanhados, nos fins do decênio de 1940.

Quanto às ciências sociais, já vinha esparsamente cultivada como ilustração ou pesquisa individual, e seus produtos valeram muito para os mencionados cursos que se instalavam. A variedade de seu valor era julgada apenas no âmbito da crítica pessoal. Diversamente, a institucionalização do ensino das ciências sociais, vinculado com a pesquisa no ambiente circundante, foi julgada também do ponto de vista social e posta em suspeição por certos círculos conservadores, especialmente

a sociologia que confundiam com socialismo. Isto, porém, se lhe ocasionou estorvos, não a impediu de firmar-se nos trabalhos da Faculdade, prestigiada por intelectuais e políticos cientes de sua importância cultural em si mesma e na fase de transição social em curso. Ainda mais: naquela mesma fase ocorreram dois fatos de grande significação para o ensino e o professorado. As disciplinas de Introdução à Sociologia e Sociologia Educacional foram incluídas no currículo das escolas normais. Seus diplomados até então circunscritos ao ensino primário, adquiriram o direito de cursar a Faculdade e, conseqüentemente, tiveram novas perspectivas de carreira. E, se estivessem no sistema escolar público, poderiam fazê-lo comissionadamente por simples aprovação nos exames vestibulares. Esta medida foi posteriormente estendida a todo o funcionalismo público.

A Faculdade viveu seu primeiro decênio na fase de repressão que se alongou de 1935 ao fim do Estado Novo. No entanto, nas seções de Filosofia e Ciências Humanas, gestava-se o exercício do pensamento crítico, que se inflexionaria para o político no decurso da Segunda Guerra Mundial. Nisto contribuíram raros estudantes que traziam de sua sociabilidade externa idéias inconformistas, e às vezes, alguma experiência de militância política. Foi, porém, mais larga a área e o modo de formação da chamada vocação crítica da Faculdade de Filosofia. Ela surgiu na convivência de professores e alunos, motivada, tanto pela natureza das disciplinas professadas e dos estímulos à reflexão, quanto do sentimento ético e sensibilidade política afetados pelo que acontecia no mundo e no país. Essa vocação crítica tomou nitidez marcante com a publicação da revista *Clima*, e o inconformismo teve espaço no movimento universitário de resistência ao Estado Novo.

Juntando-se a isso o prestígio intelectual adquirido e o reconhecimento de sua real serventia, o Curso de Ciências Sociais alcançara as condições necessárias para formar um departamento, no que fora favorecido também pela restauração democrática no país. Sua constituição não foi unitária e centralista com extinção das cátedras, mas federativa, respeitando-lhes a autonomia fundamental. Mantiveram suas prerrogativas e atribuições estatutárias no quadro da Faculdade, conveniando entre si, segundo o assunto e as circunstâncias, qualquer matéria da alçada do Departamento.

A direção do Departamento cabia a um professor-chefe e um conselho deliberativo que o escolhia, formado por todos os docentes sem distinção de cargos e títulos e igual direito de voz e voto. O professor Fernando de Azevedo, um dos principais fundadores da Universidade e redator de seu projeto, ocupou a chefia, por vontade unânime, até sua aposentadoria em 1963.

Naqueles anos ninguém cogitava, nem mesmo os alunos, da representação estudantil nos órgãos colegiados de qualquer nível. Isso só aconteceu em 1961, quando a União Nacional dos Estudantes propugnou pela representação discente de um terço nos mais altos colegiados. No entanto, desde os primórdios da Faculdade, reduzia-se a distância social entre professores e estudantes, fazendo dela uma insti-

tuição em que se criavam formas democratizantes de sociabilidade universitária. Para isso concorreram a mentalidade dos professores e os procedimentos didáticos vinculados à pesquisa e ao diálogo. A transformação do Conselho em assembléia geral dos professores e a democratização do convívio acadêmico tiveram efeitos significativos sobre as reformas curriculares e práticas docentes. Até 1964 o Departamento progrediu continuamente, enfrentando dificuldades apenas de ordem institucional. Quadruplicou o número de professores que chegava a 40, ampliou a biblioteca e o museu de antropologia, promoveu o treinamento de estudantes em pesquisa de campo. Incluído no desenvolvimento da Universidade e da Faculdade em particular, instalou o curso noturno e o de especialização, depois o de pós-graduação, e dentre seus licenciados saíram professores para as faculdades que se instalavam em outras cidades, que hoje formam a Universidade do Estado de São Paulo "Júlio Mesquita Filho". Ainda merece registro o fato de que o Departamento foi sede do I Congresso Brasileiro de Sociologia, em 1954, realizado como parte das comemorações do IV Centenário da Cidade de São Paulo.

Concomitantemente iam se procedendo sucessivas alterações curriculares, aumentando, diversificando e substituindo disciplinas, buscando práticas possíveis de ligação entre ensino e pesquisa, tentando o balanceio entre formação geral e especializada, entre erudição e técnica. Estes problemas de caráter geral, manifestos ou latentes, segundo a especificidade das áreas culturais, vêm embutidos no Curso de Ciências Sociais desde sua criação, embora variando as condições de sua persistência, modalidade e tratamento. Mas não se veja neles causa de prejuízos irreparáveis. Ao contrário: porque desafio, ajudam às movimentações inovadoras. No Departamento de Ciências Sociais, eles revigoraram os padrões de trabalho científico, tornando-o um dos centros de excelência universitária do país e mesmo do continente latino-americano.

O desfecho político-militar da crise nacional, eclodida nos anos iniciais de 1960, desferiu o primeiro golpe traumatizante na Universidade de São Paulo: invasão policial do prédio de sua antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, instauração de inquéritos militares de ordem política, prisões e forçamentos aos primeiros exílios. As violências contra a cidadania e a cultura prosseguiram de variada forma e intensidade, até os primeiros êxitos das campanhas democratizantes, em que sucessivas turmas universitárias se alinharam nas vanguardas. A fase crucial da repressão didatorial estendeu-se por 1968/1969 com efeitos prolongados pelos anos subseqüentes. O movimento pela reforma universitária irradiado pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, não se manteve nos limites da instituição, rompendo pelo campo da política contestatória das medidas ofensivas à autonomia da universidade. Em 1968, na repressão das manifestações públicas, o prédio central daquela escola foi atacado pela polícia, incendiado e trancado definitivamente. Em seguida, ocorreu outro fato de especial importância. Pela primeira vez a diretoria de uma Faculdade convocou uma assembléia geral de professores, alunos e funcionários, na qual se resolveu constituir comissões tríplexes para colaborar no projeto de reforma institucional em curso na Universidade. No Departamento de Ciências

Sociais, chegou-se a instalar uma direção paritária, que funcionou até meados de 1969, quando recrudescceu a ação ditatorial sobre universidades e centros de pesquisa. As aposentadorias, prisões e exílio de professores desfalcaram seriamente o quadro docente do Departamento, como o de tantas outras unidades de ensino e pesquisa.

Com algumas outras unidades escolares, o Departamento de Ciências Sociais passou a ocupar instalações improvisadas na Cidade Universitária, mudando-se para seu atual prédio apenas em 1977. Nos chamados barracos, durante anos, teve que resistir a duras coersões e empenhar-se em sua esforçada recomposição. Os professores foram irredutíveis em seus programas de ensino e pesquisa, dobrando seu trabalho devido ao aumento do número de vagas anuais e à ampliação remodelada dos cursos de pós-graduação. Juntamente com toda a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, dirigida prestigiosa e incansavelmente pelo professor Eurípedes Simões de Paula, o Departamento pôde reconquistar terreno, aumentando o corpo docente e mantendo a qualidade dos trabalhos, que passaram a servir outras escolas, não só com disciplinas complementares, mas também titulando em níveis de pós-graduação professores de 22 universidades do país.

Com a reforma da universidade, extintas as cátedras, os departamentos passaram a ter uma organização unitária, centralizada pela chefia e conselho deliberativo formado por professores titulares, adjuntos e representantes das demais categorias docentes e dos estudantes. Contudo, no Departamento de Ciências Sociais, funciona hoje informalmente, sempre que preciso, uma assembléia geral dos professores com pleno poder deliberativo.

Esta unidade, conforme se vê nos quadros anexos, conta atualmente com 64 professores distribuídos pelas áreas de antropologia, política e sociologia. O curso graduado de ciências sociais, nos períodos diurno e noturno, abre anualmente 200 vagas e tem cerca de mil alunos matriculados. As titulações pós-graduadas começaram a ser concedidas na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas na década de 1940. Daí a 1970, as três áreas mencionadas aprovaram 31 mestrados e 22 doutorados. Da instalação do novo regime, em 1971, até junho de 1984, aqueles números subiram, respectivamente, para 153 e 113, totalizando 266. Esse expressivo aumento não foi ocasionado por simples melhoria das condições institucionais internas. Ao contrário, como se observou, o Departamento passou por uma fase bem crítica durante boa parte daqueles anos. O aumento, que se vinha fazendo lento, foi acelerado pela valorização dos títulos de mestre e doutor, atribuindo-lhes vantagens e privilégios legais que antes não possuíam. Figuravam na Universidade como prova de valor e prestígio intelectual, não levando automaticamente à ascensão na escala de cargos e vencimentos. Essa vinculação só foi instituída no atual modelo de organização universitária e, posteriormente, adotada por setores da administração pública. Além disso, surgiram instituições federais e estaduais concessionárias de auxílio financeiro a pós-graduandos. Tais fatos contribuíram para aumentar a população escolar e o quadro docente dos cursos de pós-graduação.

No andamento das mudanças, que abrangiram os diferentes níveis e direções dos cursos de ciências sociais, preocupou o risco de prejuízo da qualidade do trabalho, já pelo volume de estudantes e tarefas, já por fatores externos adversos. No entanto, o professorado empenhou-se em prosseguir atuando segundo as exigências dos padrões científicos, que não deveriam ser afrouxadas, mesmo quando vinha de fora o sopro poluído do autoritarismo. Tomando-se o curso de pós-graduação como indicador, observa-se que, se é variável a qualidade das teses e dissertações, a média permanece boa, e satisfatória a proporção das que se encontram em nível mais alto. Doutra parte, a variedade de seus objetos vem enriquecendo o conhecimento da sociedade brasileira. Ainda merece registro já ser grande, embora indeterminado, o número desses trabalhos publicados, além de outros do próprio professorado.

A experiência vivida no Departamento de Ciências Sociais — e certamente em muitos outros — mostrou que a universidade deve sempre buscar maior competência, mesmo suportando a ditadura, e muito mais se contra a ditadura. Isto porque, afora os serviços permanentes à sociedade, à ciência e à cultura, é sua competência que impõe respeito a suas denúncias e propostas referentes aos problemas nacionais. Mas, nessa empresa, pela competência, a universidade precisa livrar-se de certas confusões preconceituosas, que vieram envolvidas no movimento da contestação social e das críticas dirigidas à organização e funções da Universidade. Uma delas é identificar os predicados da qualificação intelectual com mero *elitismo*. Outra é julgar ser refúgio em *torre de marfim* o recolhimento exigido pela pesquisa e pela reflexão competentes no tratamento do que se traz da natureza, do homem e de sua sociedade. Ao contrário, é fato visto que a praça pública e o laboratório ou biblioteca não são mutuamente exclusivos. Há uma complementaridade que se faz de modo complexo envolvendo a consciência e o exercício da cidadania. Também por isso cabe à universidade buscar sempre maior competência, de modo que sua participação naquela complementaridade, abrindo-se quanto possível ao social circundante, não se arrisque em desfigurar-se num *universitarismo populista*.

Quadro I — Número de vagas anualmente oferecidas, número de alunos regularmente matriculados no curso de graduação e número de docentes do Departamento de Ciências Sociais da FFLCH/USP, em 1984. §

Curso de graduação em Ciências Sociais

Vagas anuais	200
Alunos regularmente matriculados (1984)	962
Docentes	64

§ Informações fornecidas pelo professor José Reginaldo Prandi, da Comissão de pós-graduação da FFLCH/USP.

Quadro II — Número de vagas anualmente oferecidas, número de alunos regularmente matriculados e número de professores orientadores do programa de pós-graduação do Departamento de Ciências Sociais da FFLCH/USP, em 1984. §

Programas de pós-graduação em Ciências Sociais

Alunos regularmente matriculados (1984)	355
Orientadores	53

§ Informações fornecidas pelo professor José Reginaldo Prandi, da Comissão de pós-graduação da FFLCH/USP.

Quadro III — Número de dissertações e teses defendidas no “regime novo” (1971-1984) §§ nas três subáreas de ciências sociais do Departamento de Ciências Sociais da FFLCH/USP. §

Subáreas	Nível		Total
	Mestrado	Doutorado	
Antropologia	42	17	59
Política	30	37	67
Sociologia	81	59	140
Total	153	113	266

§ Informações fornecidas pelo professor José Reginaldo Prandi, da Comissão de pós-graduação da FFLCH/USP.

§§ Anteriormente a 1971 (“regime antigo”) foram defendidas 33 dissertações de mestrado e 22 teses de doutorado, totalizando assim, 53 dissertações e teses na área de ciências sociais.

Azis Simão

Depto. de Ciências Sociais, Universidade de São Paulo